

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E O ESTRANHAMENTO: REVISÃO DOS PARADIGMAS E DELINEAMENTO DOS NOVOS DESAFIOS

André Rodrigues Iusif Dainez¹

Valdir Iusif Dainez²

Valéria Rueda Elias Spers³

Graziela Oste Graziano Cremonezi⁴

Resumo

Este artigo analisa de forma crítica os dois paradigmas dominantes na organização do trabalho: o taylorista/fordista e o toyotista ou ohnista, classificando-os como formas de aumentar a produtividade do trabalho, sem compromisso com a inclusão da classe trabalhadora no mercado de trabalho. Pelo contrário, a dinâmica do sistema, ao ser ditada pela necessidade constante de se expandir, impõe efeitos contraditórios entre as classes, marginalizando a parte da população que trabalha. Estas tendências, ao se objetivarem, aumentam a necessidade da ação coletiva dos trabalhadores, para tentar minimizar os prejuízos impostos por estes processos, ao mesmo tempo que tornam esta ação coletiva mais difícil de se objetivar.

Palavras-chave: Organização do Trabalho; Desemprego Estrutural; Estranhamento.

Abstract

This article critically analyzes the two dominant paradigms in labor organization: the Taylorist / Fordist and the Toyotist or Ohnist, classifying them as ways to increase labor productivity, without commitment to the inclusion of the working class in the labor market. Instead, the dynamics of the system, when dictated by the constant need to expand, impose contradictory effects between social classes, marginalizing the working part of the population. These trends, when objectified, increase the need for workers' collective action, in an effort to minimize the losses imposed by these processes, at the same time it makes this collective action more difficult to objectify.

Key-words: Labor Organization; Structural Unemployment; Alienation.

1 Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

2 Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC - Campinas)

3 Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

4 Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Introdução

O desenvolvimento capitalista impacta todo o tecido social e, em especial, o processo de trabalho e o trabalhador. A análise da fábrica moderna capitalista, pela forma como os diferentes paradigmas de organização da produção, como tendências imanentes da relação de produção capitalista que se aprofundam, afetaram o mundo do trabalho, representa tema de grande importância para a compreensão dos fenômenos sociais modernos, como o estranhamento, e a ação coletiva da classe trabalhadora e sua organização sindical contemporâneas.

Desta forma, no presente trabalho serão analisados os dois paradigmas dominantes na organização do trabalho: o taylorista/fordista, que dominou a produção industrial desde a transição do século XIX para o século XX até meados da década de 1970 e o toyotista ou ohnista, que se desenvolve a partir da década de 1970 e se dissemina em seguida na forma da produção enxuta ou acumulação flexível. Busca-se analisar a forma como organizam o processo de trabalho, mas, principalmente, entendê-los, de forma crítica, como instrumentos da acumulação de capital, ou seja, como formas de aumentar a produtividade do trabalho e a obtenção de lucro. Esta forma de análise permite entender os paradigmas de organização da produção não apenas como um receituário para organização da firma, mas sim como modelos historicamente determinados, que são, de certa forma, objetivações de tendências históricas que já podem ser observadas em períodos anteriores. Por fim, busca-se problematizar como cada um destes, ao afetar o processo de trabalho, impacta na forma de contratação e exploração da força de trabalho, ou seja, os impactos no trabalhador e, por fim, como afetam as relações sociais do trabalhador, seu cotidiano e sua própria consciência de si, na forma do fenômeno do estranhamento.

Organização do Trabalho e Acumulação de Capital: o paradigma taylorista/fordista

Entre o final do século XIX e início do século XX, com a maturação do ciclo de inovações deflagrado pela Segunda Revolução Industrial, começam a surgir os primeiros teóricos da Administração Científica, buscando, pelo estudo e modificação da estrutura organizacional da empresa e da divisão do trabalho, proporcionar um aumento dos ganhos de produtividade, ou seja, um aumento da extração de mais-valia. As formas gestantes de organização da produção devem ser entendidas, portanto, como instrumentos de acumulação de capital. (MAZZUCHELLI, 2009; MORAES NETO, 1986)

Enquanto Fayol dá seu maior foco na organização da estrutura da empresa, ou seja, nas relações de poder e na estrutura organizacional, Taylor foca-se principalmente na questão do ritmo da fábrica: busca reduzir ao máximo

o tempo gasto na execução de cada tarefa, simplificar e parcelar ao máximo cada tarefa e minimizar ao máximo a perda de tempo ao se passar de uma tarefa para outra. Ao fazer isto, Taylor cria um novo paradigma de organização da produção que, como veremos a seguir, na sua forma aperfeiçoada, o fordismo, dominou a produção industrial até meados da década de 1970 (MORAES NETO, 1986; SÁ, 2013).

Este paradigma taylorista, no entanto, como teoria, não parece nada essencialmente novo a qualquer estudioso da área da organização do trabalho que tenha acompanhado os autores do século XVIII, nomeadamente, Adam Smith (1988) e Karl Marx (2013). Como mostra Moraes Neto (1986) o taylorismo e o fordismo são materializações de tendências imanentes do capitalismo já apontadas por Marx e, pioneiramente, por Adam Smith. Esta analogia permite a construção de uma visão crítica e embasada historicamente do paradigma taylorista/fordista.

Adam Smith (1988), em sua análise da divisão do trabalho (e como já apontado no capítulo anterior), enumera três fatores pelo qual o desenvolvimento da divisão do trabalho propicia um aumento da produtividade do trabalho: o parcelamento das tarefas leva ao desenvolvimento de uma maior destreza do trabalhador, a divisão das diferentes tarefas entre trabalhadores parciais economiza tempo que costumeiramente seria perdido na passagem de uma tarefa para outra e o esmiuçamento das tarefas na fábrica incentiva a criação de máquinas e ferramentas específicas para o trabalho, possibilitando a uma única pessoa executar o trabalho antes executado por muitas.

O método taylorista de produção consiste, portanto, na parcelarização das funções dentro da fábrica, ou seja, no extremo aprofundamento da divisão do trabalho. Por este mesmo motivo Coriat (*apud* Moraes Neto, 1986, p. 31) afirma que “tudo o que Marx anuncia em relação às características especificamente capitalistas do processo de trabalho (parcelamento de tarefas, incorporação do saber técnico no maquinismo, caráter despótico da direção), o realiza Taylor, ou, mais exatamente, lhe dá uma extensão que até então não havia tido”.

O fordismo se configura, posteriormente, como um aprofundamento do método taylorista com a invenção da linha de montagem, onde, via a esteira mecânica, se permite que o objeto de trabalho venha até o trabalhador. Consiste, portanto, numa objetivação do elemento subjetivo, o trabalhador, no processo de trabalho. Importante salientar, porém, que se ao observador desatento pode parecer que a esteira mecânica dita o ritmo da linha de produção, na verdade, este é ditado pela negociação com o trabalhador coletivo. Isto é evidente nas afirmações de Ford (2012) sobre o ajuste de caráter empírico da velocidade da esteira mecânica, via negociação com os trabalhadores (MORAES NETO, 1986).

Como mostra Moraes Neto (1986), a análise da manufatura de Karl Marx guarda grandes semelhanças com a análise de Ford sobre a linha de produção: a elevação da produtividade do trabalho pela via do aprofundamento da divi-

são do trabalho, o aumento da intensidade do trabalho pela interdependência direta das tarefas dos trabalhadores parciais – exacerbado, aqui, a toda sua potencialidade pela introdução da esteira mecânica – e, por fim, o caráter empírico característico de qualquer processo de trabalho que tenha como base o trabalho manual.

Neste último, o paradigma taylorista/fordista esbarra em uma de suas contradições. Por um lado, o desenvolvimento da organização da produção no seu paradigma taylorista/fordista é a materialização das tendências já observáveis no capitalismo em suas fases iniciais, com o aprofundamento da divisão do trabalho, com o consequente aumento da produtividade do trabalho, da extração de mais-valia, com o aumento da composição orgânica do capital – proporção entre capital fixo e capital variável, ou seja, a redução da utilização de força de trabalho – e a “apendicização” do homem à máquina. Todos estes fatores contribuem para o deslocamento da força da “queda de braço” na fábrica para o lado do capital, ou seja, reduzem o poder do trabalhador individual pela desqualificação de seu trabalho e fácil substituição. Porém, por outro lado, dada a dependência do método de produção taylorista/fordista do trabalho manual, ao mesmo tempo dota-se o trabalhador social de poder frente ao capital (MARX, 2013; MORAES NETO, 1986; SILVA, 2006).

Como reação ao trabalho esmiuçado e repetitivo, aos baixos salários e às longas jornadas de trabalho, o paradigma taylorista/fordista de organização da produção sofre com o absenteísmo, o elevado *turnover*, as greves e a sabotagem na forma de trabalho mal feito. Se a tendência é a favor da acumulação, a contra tendência a obsta. O paradigma taylorista/fordista, assim, esbarra em uma de suas contradições: em seu desenvolvimento, acaba por reforçar a dependência do capital para com o trabalho, o contrário do que acontece com o desenvolvimento da maquinofatura, a forma mais adequada para a acumulação capitalista (MARX, 2013; MORAES NETO, 1986; SILVA, 2006).

O fordismo se apoia na produção em larga escala, na verticalização da produção – com a produção e padronização das peças – e na popularização do consumo. Basta-se lembrar da obsessão de Ford pela possibilidade de barateamento do preço do automóvel e de seus custos de produção. Este padrão estimula e depende de um tipo característico de organização social. Por exemplo, se, por um lado, o automóvel permitiu a expansão dos limites da cidade com a habitação dos subúrbios, por outro lado, a massificação do consumo do fordismo e a produção em larga escala só são viáveis com um nível de demanda efetiva alto, típico das políticas de consenso do pós-guerra, onde o governo atuava via políticas keynesianas de demanda para perseguir o pleno emprego (FORD, 2012; MAZZUCHELLI, 2009; PERES, 2004).

O acirramento da competição interempresarial e a corrida pelo rebaixamento dos custos de produção, como citado acima, fazem com que o desenvolvimento do padrão de produção fordista impeça a destinação de recursos para a melhoria das condições de trabalho, conduzindo, portanto, a uma deterioração das condições de trabalho cada vez maior. Este fator, na forma de

crecente descontentamento da classe trabalhadora e pauta da luta sindical, caracteriza mais uma das contradições do sistema fordista, contradições estas que, em conjunto, serão responsáveis por sua crise (PERES, 2004).

Completando o desenho da crise do sistema fordista, temos a contradição que diz respeito à queda na taxa de lucro e na viabilidade da escala do sistema. A luta sindical, no período de prosperidade do Estado do bem-estar social, suprimiu a capacidade do sistema fordista de rebaixamento dos salários e deterioração das condições de trabalho, obstando um de seus mecanismos de aumento do lucro e determinando, portanto, uma queda da taxa de lucro. Por outro lado, como já apontado no capítulo anterior, a inflexão do ciclo virtuoso do pós-guerra, com o esgotamento do ciclo de investimentos que se apoiou, em grande parte, na construção de todo um aparelho estatal de serviços sociais nos países europeus, leva a uma desaceleração do crescimento econômico, que, aliado à elevação abrupta do preço do petróleo no mercado internacional nos anos de 1973 e 1979, deflagrou uma crise fiscal nos Estados e determinou a derrocada do *Welfare State*, em um cenário de aumento do desemprego e desaceleração econômica. Este último fator derruba um dos grandes pilares do fordismo: a produção em massa, que é dependente de níveis sempre crescentes de demanda efetiva (BALTAR e KREIN, 2013; DAINEZ e DAINEZ, 2014; PERES, 2004).

É nesse contexto de entendimento, portanto, da crise do método taylorista/fordista de produção que podemos entender sua derrocada e a ascensão de um novo método, como uma readequação do processo de acumulação frente aos seus novos entraves, quase como uma “linha de menor resistência” para o capital, nos termos de Mészáros (1989).

O novo método de produção, para restaurar a viabilidade do processo de acumulação e conter a crescente materialização das contradições da produção industrial, deveria dar conta de lidar com o novo modelo de sociedade que surge após a derrocada do *Welfare State*. Ou seja, é necessário adaptar a produção a uma demanda mais volátil, sujeita a frequentes crises, restaurar o domínio do capital sobre o trabalho e resolver o crescente descontentamento da classe trabalhadora frente ao modo de trabalho parcelar fordista e as condições precarizadas de trabalho, buscando novas formas de motivação do trabalhador e economia de força de trabalho.

Desta forma, o capitalismo se reorganiza para amenizar os problemas emergentes da crise do método de produção fordista e o novo método de produção se materializa como uma forma objetiva de solução das contradições apontadas acima, exacerbadas com a crise do fordismo. Surge um novo modelo de sociedade, com o qual o novo método de produção não é apenas compatível, mas também uma peça que o sustenta, caracterizado pelo neoliberalismo, a privatização do Estado, a financeirização crescente da riqueza, a corrosão dos direitos do trabalho e da geração de empregos, tudo isto permitindo, portanto, uma restauração do ciclo reprodutivo do capital, porém sem alterar seus pilares centrais. Surge uma nova estrutura social que permite a re-

afirmação do poder do capital frente ao trabalho, eliminando os entraves que este representou temporariamente para o processo de acumulação, na crise do modo de produção taylorista/fordista. Assim, com esta restauração do ciclo reprodutivo do capital, desloca-se o lado da queda de braço (ANTUNES, 2002; PERES, 2004).

Flexibilização da Produção: a reorganização produtiva pela via da acumulação flexível

Se a crise do fordismo no ocidente deixava clara a demanda do capital por uma nova forma de acumulação que pudesse superar as contradições geradas pelo aprofundamento do método de produção fordista, as especificidades da economia japonesa no pós-guerra e os obstáculos que estas especificidades impuseram para o desenvolvimento do “fordismo japonês” moldaram o nascimento da acumulação flexível na forma do método de produção toyotista.

No ano de 1933 surge a primeira fabricante de automóveis japonesa, a Datsun (que posteriormente se tornaria a Nissan), cuja forma de organização da produção é, basicamente, uma tentativa de reprodução do método fordista/taylorista ocidental. Em 1936, como um dos pontos estratégicos do projeto de expansão do governo totalitário japonês, é editada a lei da indústria automobilística, se utilizando de medidas protecionistas para desestimular as importações de automóveis e tentar contrabalancear a enorme vantagem competitiva dos automóveis americanos e - esta medida de central importância - proibindo a produção de automóveis estrangeiros no país, levando à retirada das montadoras internacionais do país (GOUNET, 1999).

Após a Segunda Guerra Mundial, num contexto de crescente internacionalização da produção e após a derrota japonesa, houve um aumento da intervenção americana no país no campo ideológico, militar e da produção, fato que suscitou que o projeto da indústria automobilística nacional autônoma volte a entrar em discussão (Gounet, 1999). É neste contexto, da necessidade de competição com a indústria automobilística norte-americana, que se desnudam os grandes obstáculos estruturais da economia japonesa que impediam a internalização do fordismo com o mesmo nível de produtividade do ocidente.

Como anteriormente exposto, o fordismo, no que tange ao perfil de demanda, se apoia no consumo de massas e na produção de grandes quantidades de bens homogêneos. O perfil da demanda do mercado interno japonês inviabiliza esse método de produção no aspecto quantitativo e qualitativo. O nível de renda do povo japonês no pós-guerra inviabiliza a possibilidade do consumo de massas, implicando que a demanda é quantitativamente restrita e, mais que isso, que os produtores locais deveriam, desde o início, produzir com custos equivalentes ao da produção em massa. O perfil da demanda, também, se mostrava favorável a pequenos veículos - pelo seu menor custo

e melhor adaptação ao país, de território bastante reduzido – e bastante diversificado, com implicações desfavoráveis à realização da produção de grandes quantidades de bens homogêneos e, por fim, a restrição territorial implica maiores custos imobiliários para a instalação de grandes plantas industriais. Todos estes fatores apontavam para o surgimento de alguma outra forma de organização da produção, que obtivesse os ganhos de produtividade de uma forma diferente. Acrescenta-se a este ambiente propício a determinação do governo em desenvolver a indústria automobilística como estratégia de desenvolvimento nacional. (GOUNET, 1999).

Desta forma, pode-se afirmar que, se as demandas por uma alternativa ao método de produção fordista, em nível mundial, eram claras, no Japão elas adquirem o invólucro que as permitem ser percebidas na forma empírica, não como estratégia de acumulação, muito embora se trate disso, mas como soluções pragmáticas a demandas pontuais da economia japonesa.

O regime de acumulação flexível, uma vez consolidado mundialmente, é uma resposta à crise fordista e uma adaptação da produção à nova conjuntura internacional, marcada pelo neoliberalismo, pela volatilidade da demanda, pelo domínio do capital financeiro e pelo desemprego crônico.

A produção flexível, que se inicia com o paradigma toyotista, surge como resposta aos problemas da crise estrutural do fordismo: como apontado acima, o seu caráter manufatureiro, que leva a um empoderamento do trabalho frente à “disciplina da fábrica”, a necessidade da produção verticalizada e de larga escala do consumo de massa - ou seja, de altos níveis de demanda, não mais compatíveis com a transição para o neoliberalismo - e o aumento da pressão sindical contra o rebaixamento dos salários e das condições de trabalho como forma de competição interempresarial (MORAES NETO, 1986; PERES, 2004; SILVA, 2006).

Juntando-se aos elementos da crise fordista no mundo a necessidade histórica e estruturalmente determinada da economia japonesa no pós-guerra: organizar a produção de forma que seja possível produzir pequenas quantidades de bens heterogêneos a custos e produtividade do trabalho equivalentes ao da produção em massa, podemos ver como ambas as demandas são, de certa forma, complementares e como o regime de acumulação flexível toyotista consegue atender a ambas.

O regime de acumulação flexível, então, se utiliza de uma fábrica de alto padrão tecnológico, da larga introdução de computadores no processo produtivo, da introdução das técnicas de gestão da força de trabalho da era informacional e na automação de várias etapas do processo produtivo. Só esta esfera já elimina um alto número de postos de trabalho. Porém, tudo isto é aliado a novas técnicas de captura da subjetividade que buscam a “integração do espírito” do trabalhador à firma, ou seja, rompe-se a divisão entre trabalho manual e intelectual típica do fordismo, se intensificando a exploração do trabalho. É dentro deste bojo que se deve entender, por exemplo, os Círculos de Controle de Qualidade, onde os trabalhadores são estimulados a discutir formas de

aperfeiçoamento de seu trabalho, em função do aumento da produtividade da empresa (ANTUNES, 2002; SILVA, 2006).

O novo sistema não elimina o trabalho esmigalhado e repetitivo, mas cria um novo pano de fundo ideológico que previne a sabotagem da produção, como no fordismo. Cria novas demandas pela qualificação (dentro do bojo da qualidade total), incentiva (ao mesmo tempo) o espírito de equipe (*teamwork*) e a competição entre funcionários - pois, com o ideário da qualidade total, a empresa desloca o treinamento da força de trabalho de sua responsabilidade, sendo o trabalhador responsável por sua qualificação e empregabilidade e, no contraponto lógico, o responsável pelo seu desemprego. Tudo isto coroado pelo desenvolvimento da psicologia aplicada à administração, que cumpre a dupla função de buscar o engajamento (ou servidão) máximo do trabalhador e, ao mesmo tempo, mascarar as origens políticas, sociais e econômicas do conflito de classe, como aponta Silva (2006). Ou seja, cria-se uma nova forma de gestão de recursos humanos e incentivos que deixam o trabalhador absorvido pela ideologia da empresa, obtendo sua máxima servidão e “embaçando” o seu posicionamento de classe (ANTUNES, 2002; SILVA, 2006).

Conforme mostra Antunes (2002) a fábrica típica do toyotismo permite, então, uma produção extremamente vinculada à demanda - para usar uma expressão de Coriat (1994): o pensar ao avesso - com a possibilidade de produzir pequenas quantidades de produtos heterogêneos, apoiada no trabalho em equipe, multifuncional, no princípio do *just in time*, - que consiste no melhor aproveitamento possível do tempo de produção e na produção exata das quantidades vendidas, ou seja, uma produção acionada pela demanda e com o estoque mínimo - na utilização do *kanban*, método de sinalização para reposição de peças e estoque - pulverizando a função de controle de estoques e poupando emprego neste setor, também - e na adoção de uma estrutura horizontalizada de produção. Este último fator advém da chamada “teoria do foco”, que consiste na empresa focar sua atividade na sua especialidade central na produção. A terceirização do restante da produção, dentro do contexto da qualidade total, implica uma transferência ágil dos métodos de produção toyotistas para toda a rede de fornecedores. Assiste-se, portanto, a uma enorme intensificação do trabalho e da eliminação de cargos de controle e monitoramento da produção pela incorporação destas funções no cotidiano do trabalhador, dentro do ideário da qualidade total (ANTUNES, 2002).

Tudo isto ocorrendo conjuntamente com a desregulamentação do trabalho, com o aumento das formas mais precárias de contratação como trabalho temporário e terceirizado (flexibilidade quantitativa), e um aumento da exigência pela multifuncionalidade do trabalhador (flexibilidade funcional), esta última tanto no sentido de funções como do operário operar simultaneamente várias máquinas (ANTUNES, 2002; BALTAR e KREIN, 2013).

Neste contexto, a ação sindical é fortemente restringida, dado o aumento do desemprego e da fragmentação da classe trabalhadora. Este último tanto pelo esvaziamento do sentido de profissão, fruto da flexibilização funcional,

quanto pela redução da noção de pertencimento de classe, dada pela ideologia litúrgica da fábrica moderna, pela psicologia aplicada à administração e pela luta do trabalhador contra o trabalhador no contexto da era da qualidade total (e da escassez dos empregos do neoliberalismo). O enfraquecimento sindical é uma das formas que permitem à produção flexível a flexibilização do trabalho, haja vistas a organização dos sindicatos japoneses em sindicatos de empresa, menos combativos (ANTUNES, 2002; BALTAR e KREIN, 2013; CORIAT, 1994; SILVA, 2006).

É importante, também, salientar que, se a adoção do método de produção flexível permite ganhos de produtividade mais que significativos, isto não significa o abandono das longas jornadas de trabalho. Como mostra Mészáros (1989), a acumulação capitalista tende a explorar a linha de menor resistência até que se encontre obstáculos que a impeçam. Neste sentido, se a mais-valia relativa é uma forma mais velada e socialmente aceita de exploração, enquanto ainda for possível, os ganhos de produtividade da mais-valia relativa convivem com as técnicas de extração de mais-valia absoluta, no caso, longas jornadas de trabalho (ANTUNES, 2002).

O aumento brutal da competitividade da indústria japonesa com o sistema toyotista e sua maior compatibilidade com as economias de lento crescimento, - como afirma o próprio Taiichi Ohno (1989 *apud* Gounet, 1999), criador do método dentro da fábrica da Toyota - conjuntura típica do neoliberalismo, dá logo lugar a experimentos (e a posterior adoção) do novo paradigma da produção flexível no ocidente. É ilustrativa a narrativa das tentativas de adoção do método de produção da acumulação flexível pela General Motors em Gounet (1999), especialmente no que diz respeito ao plano inicial que visava a ampliação do número de robôs da empresa de 302, em 1980, para 5 mil em 1985 e 14 mil em 1990 e, por fim, na conclusão, em 1986, após o fracasso do investimento apenas na alta tecnologia de que a competição do sistema se baseia na organização da produção, sendo apenas o aparato tecnológico insuficiente se não acompanhado de novas formas de gestão da força de trabalho, significando o aumento da intensidade do trabalho. A partir daí desenvolve-se a ocidentalização do método de produção toyotista adaptado às particularidades de cada país - a exemplo a questão da existência do sindicato de classes, um entrave a flexibilização nos Estados Unidos - e a consolidação da produção flexível em nível global (Gounet, 1999).

É possível concluir, portanto, que, apesar das características peculiares japonesas, a adoção da produção flexível, adaptada a cada particularidade nacional, obedece a uma lógica global de aprofundamento da exploração do trabalho. Sob a pele do sistema da "qualidade total", assiste-se, portanto, à precarização do trabalho, ao aumento da exploração do trabalho, à corrosão da ação sindical e ao incentivo da produção destrutiva, ou seja, da produção para o desperdício. A acumulação flexível reestrutura a organização da produção e o aparato ideológico frente à crise do fordismo, restaurando as potencialidades da acumulação capitalista e do projeto de domínio societal do capital. As

demandas da classe trabalhadora da crise do fordismo apenas são absorvidas na esfera das aparências. Na realidade, assiste-se a um deslocar de forças, mais uma vez, para o lado do capital (ANTUNES, 2002; PERES, 2004).

Possibilidades Contemporâneas da Luta do Trabalho: desemprego tecnológico e as novas formas de estranhamento

As inovações organizacionais se configuram como um aspecto endógeno ao desenvolvimento capitalista, que é antagonico entre as classes em sua própria essência, pois se apoia na produção da riqueza pelo trabalho e na transferência desta, de forma desigual, pelas relações de propriedade.

À medida em que as novas tecnologias e formas contemporâneas de organização do trabalho avançam, elas relegam ao sonho do pleno emprego do Estado do Bem-Estar Social um lugar mais distante no horizonte da utopia.

A questão do desemprego tecnológico não pode deixar de ser levada em conta na luta da classe trabalhadora e na pauta sindical, enquanto a principal forma de inserção social for o trabalho assalariado.

Aglutina-se a isto o fato de que o desenvolvimento contemporâneo das forças produtivas e da concorrência intercapitalista, materializado nas novas técnicas de gestão do trabalho, têm gerado novas formas de alienação e estranhamento.

A alienação seria um fenômeno o qual não é possível de ser eliminado na atividade humana, consistindo na objetivação do ser humano na história, em sua exteriorização e atividade, ou seja, na objetivação da subjetividade humana através do trabalho, independentemente das formas de apropriação do trabalho. É um ato que se assenta na dupla transformação produzida pelo trabalho humano: a transformação da natureza, exterior – com a transformação desta em objetos de trabalho, ou seja, em natureza humanizada pelo trabalho - e a transformação da natureza do homem – o produto do trabalho aparecendo como objetivação do gênero humano, como fruto do trabalho de um ser objetivo. (CHAGAS, 1994; RANIERI, 2006).

O fenômeno do estranhamento já decorre das formas históricas de apropriação do trabalho e as insuficiências para a realização do gênero humano que estas formas, materializadas na relação de produção e na propriedade privada, determinam. O estranhamento surge à medida em que se tem a apropriação da produção por uma parcela da população que não aquela que produz e emerge, de acordo com Ranieri (2006), em sua forma última na posição do trabalho dentro da relação de produção capitalista, onde este, para poder existir, é apropriado pelo próprio trabalho acumulado, na forma de capital. Como apontado por Marx (2013) na sua explicação sobre o fetichismo da mercadoria, a relação social de trabalho é obscurecida por uma relação reificada, onde as relações entre os homens são substituídas por relações entre coisas,

entre mercadorias. Melhor explicando, os produtos do trabalho só se tornam mercadorias à medida que são produzidos por indivíduos ou grupos de indivíduos que trabalham de forma isolada entre si e posteriormente trocam os produtos de seu trabalho. E é neste ato de troca que o trabalho destes produtores ou grupos de produtores isolados entre si manifesta seu caráter social, estabelecendo, mesmo que de forma indireta, uma relação social entre estes produtores que se confrontam no ato de troca, ou seja, o trabalho individual ou dos grupos se manifesta como parte do trabalho total da sociedade neste momento. Porém, o caráter fetichista da mercadoria no capitalismo obscurece essa relação social dos produtores e ela se reduz a uma relação de troca entre coisas, estabelecendo uma reificação desta relação social e, mais que isso, atribuindo-se um poder independente às coisas, mistificando e obscurecendo as relações sociais sob as quais se assenta o sistema. Independentemente de sua classe social, todos passam a se confrontar no mercado como compradores e consumidores de mercadorias, iguais um perante o outro, e é sobre estas falsas premissas que muitos dos constructos teóricos de economistas liberais e outros teóricos que consideram as relações capitalistas naturais relações entre homens livres se desenvolvem (Marx, 2013; Ranieri, 2006; Sweezy, 1985).

Estabelece-se uma separação entre o trabalhador e sua força de trabalho e é relegada ao trabalhador uma existência estranhada, em que este estranha a si mesmo, estranha os outros homens e seu próprio trabalho, com os produtos do trabalho se tornando estranhos e hostis ao próprio trabalhador, com o próprio trabalho acumulado se tornando uma ferramenta de apropriação de si mesmo. Desta forma, enquanto a alienação é decorrente da própria atividade de trabalho inerente ao ser humano, o estranhamento surge como fruto da relação social de apropriação do trabalho.

Como mostra Ranieri (2006), o estranhamento penetra, em sua forma genérica, em todas as esferas da sociabilidade humana, refletindo-se na forma de embrutecimento do ser, da perda da consciência de si, da perda da consciência de classe, da convivência com a crise e o desemprego estrutural e da aceitação do estado das coisas como algo inelutável, o que acaba se configurando, inclusive, como um entrave à luta sindical. Aceitando-se a inevitabilidade do capitalismo, a luta da classe trabalhadora acaba por ter que fazer grandes concessões ao capital, muitas vezes assumindo uma postura dócil, e muitas vezes abandonado a luta por uma sociedade verdadeiramente emancipadora e radicalmente igualitária.

As novas formas de organização da produção, do paradigma da acumulação flexível, apesar da redução dos níveis hierárquicos dentro da fábrica e da redução da separação entre a elaboração e a execução, não eliminam o estranhamento. Pelo contrário, a maior participação e engajamento exigidos do trabalhador o levam a manifestar uma subjetividade estranhada em relação ao que se produz e para quem, pois a subjetividade do trabalhador deve estar sempre alinhada com os objetivos da empresa e mesmo as estratégias para atender os desejos dos consumidores na verdade acabam por se configurar

como uma estratégia de autopreservação da empresa. As técnicas de captura da subjetividade, se na aparência permitem um florescer da subjetividade do trabalhador dentro da empresa, na realidade transformam esta subjetividade em um instrumento da acumulação e transformam cada vez mais as personificações do trabalho em personificações do capital (ANTUNES, 2002).

O mundo do trabalho se torna repleto de reificações e fetichizações que impedem a manifestação de uma autêntica subjetividade humana. Na vida fora do trabalho, o trabalhador se encontra cada vez mais imerso na ideologia do capitalismo, seja pelo consumo de mercadorias, materiais ou imateriais, estruturado em grande medida pelo capital, seja pelos serviços públicos sendo crescentemente privatizados e seja mesmo pelo estímulo do tempo de lazer se transformar em tempo de consumo, em shoppings e em atividades turísticas crescentemente mercantilizadas. Assiste-se a um grande domínio do capital inclusive na vida fora do trabalho (ANTUNES, 2002).

A era da acumulação flexível, com a simultânea vigência da ideologia da qualidade total e do desemprego estrutural e das formas precarizadas de emprego, acaba por dividir dois grandes grupos de trabalhadores: aqueles que atuam nas atividades de ponta, cujos empregos não foram suprimidos pela tecnologia, trabalhadores cuja subjetividade está em constante interação com as máquinas inteligentes informatizadas e aqueles trabalhadores precarizados, que convivem com as formas precarizadas de emprego, a instabilidade e mesmo o desemprego constante (ANTUNES, 2002).

Estas duas formas ampliam o estranhamento, seja pelas reificações e fetichizações daqueles que exercem o trabalho intelectual abstrato, que passam por um aprofundamento e interiorização do estranhamento, e aqueles precarizados, que convivem com o sentimento de impotência do desemprego em uma sociedade em que a inserção social se dá por meio do trabalho e com o embrutecimento e a desumanização do seu ser (ANTUNES, 2002).

O avanço da acumulação, com o desenvolvimento da tecnologia e o crescimento do desemprego estrutural, aumenta as desigualdades e relega a classe trabalhadora a uma existência estranhada e inautêntica, desintegrando os laços sociais e tendendo a sociedade a uma condição próxima da barbárie, gravitando entre a apatia, isolamento e inação de alguns e a revolta e violência de outros. Tende-se a um aumento da “racionalidade” no setor produtivo e das contradições e “irracionalidade” na sociedade (ANTUNES, 2002).

Conclusão

O desenvolvimento das forças produtivas a serviço da acumulação do capital, que determina as novas formas de organização do trabalho, não tem por objetivo a inclusão social de toda a população, a emancipação humana e nem o desenvolvimento de uma democracia radicalmente igualitária, onde todos poderiam usufruir dos frutos do avanço da produtividade do trabalho e

decidir de que forma seria aplicado o excedente da produção. Pelo contrário, a dinâmica do sistema é ditada pelas necessidades do capital que precisa constantemente se expandir, o que impõe efeitos contraditórios entre as classes, marginalizando a parte da população que trabalha, os obrigando a conviver com as formas precarizadas de emprego, o desemprego estrutural e uma existência inautêntica e estranhada. Estas tendências, ao se objetivarem, aumentam a necessidade da ação coletiva dos trabalhadores, para tentar minimizar os prejuízos para a classe trabalhadora, ao mesmo tempo que a tornam mais difícil, pela fragmentação de classe e diversos mecanismos ideológicos, como a captura da subjetividade da classe trabalhadora. Ainda, a necessidade constante de expansão da produção gera efeitos perversos sobre a própria natureza. Como tal, a crítica acadêmica deve ser realizada de forma rigorosa, porém não perder seu diálogo com os movimentos sociais e a luta da classe trabalhadora, assim talvez seja possível contribuir para a luta da classe trabalhadora se reorganizar frente aos novos desafios impostos pelas constantes mudanças na organização da produção e no mundo do trabalho.

Referências

ANTUNES, Ricardo. As Novas Formas de Acumulação de Capital e as Formas Contemporâneas do Estranhamento (Alienação). **Caderno Crh**, Salvador, n. 37, p.23-45, jul./dez. 2002.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; KREIN, José Dari. A Retomada do Desenvolvimento e a Regulação do Mercado de Trabalho no Brasil. **Cadernos CRH**, Salvador, V. 26, n.68, p. 273-292, Maio/ago. 2013.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. Diferença entre Alienação e Estranhamento nos Manuscritos Econômicos-Filosóficos (1844) de Karl Marx. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 8, n. 16, p.23-33, jul./dez. 1994.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo Avesso**, RJ, UFRJ/Revan, 1994.

CUT (Brasil). **Histórico – CUT**. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/conteudo/historico/>>. Acesso em: 25 maio 2017.

DAINEZ, Valdir Iusif; DAINÉZ, André Rodrigues Iusif. **Economia Internacional**. Campinas: Alínea, 2014.

FORD, Henry. **Os Princípios da Prosperidade de Henry Ford: as obras de Henry Ford**: minha vida e minha obra, hoje e amanhã, minha filosofia de indústria. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2012.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo**: na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo, 1999.

MAZZUCHELLI, Frederico. **Os Anos de Chumbo – Economia e Política Internacional no Entreguerras**. SP: Editora UNESP, Campinas-SP, Editora UNICAMP, 2009.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo**

de produção do capital, São Paulo: Boitempo, 2013 .

MÉSZÁROS, István. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. Maquinaria, taylorismo e fordismo: a reinvenção da manufatura. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p.31-34, out./dez. 1986. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v26n4/v26n4a03.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

PERES, Marcos Augusto de Castro. Do Taylorismo/Fordismo à Acumulação Flexível Toyotista: novos paradigmas e velhos dilemas. **Intellectus: Revista Acadêmica Digital da Faculdade de Jaguariúna**, Sumaré, v. 2, p.01-50, jul. 2004.

RANIERI, Jesus José. Alienação e estranhamento: a atualidade de Marx na crítica contemporânea do capital. **Idéias**, Campinas, v. 12-13, p.177-192, 2006.

SÁ, Karen Ann Câmara Bezerra. (Re) Revisitando Fayol: uma discussão para além do interesse gerencial. **XXXVII Encontro da Anpad**, Rio de Janeiro, set. 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EOR2244.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2016.

SILVA, Felipe Luiz Gomes e. Gestão da subjetividade e novas formas de trabalho: velhos dilemas e novos desafios. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 56, Jan. 2006.

SMITH, Adam. **Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações**. 3ª ed. SP: Nova Cultural, 1988. Col. Os Economistas.

SWEEZY, Paul Malor. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 7ª ed. SP: Pioneira, 1992.